

CPI investiga fraude em Balbina

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA - A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem de Terras Públicas na Amazônia vai investigar a concessão de 1,65 milhão de hectares – quase 11 vezes o estado de São Paulo – feita pelo governo do Amazonas, em 1971, a favor de empresários paulistas. A titulação suspeita envolve a área inundada por causa da hidrelétrica de Balbina, responsável por 50% do consumo de energia em Manaus.

Oito beneficiários dos títulos são da família Piva, da qual fazem parte o senador Pedro Piva (PSDB-SP) e o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Piva. Eles reclamam na Justiça indenizações que somam R\$ 320 milhões por causa da inundação da área.

Autora do pedido de investigação, a deputada federal Vanessa Grazziotin (PC do B - AM) acusa os proprietários de nunca terem aproveitado economicamente a área, como exige a lei sobre venda de terras estaduais. Não poderiam, por isso, exigir indenização na Justiça.

Como a área foi entregue em 1971 e somente em 1981 houve a desapropriação dos lotes, a deputada diz que eles ficaram de braços cruzados: “Será que dez anos não seriam tempo suficiente para o senador Pedro Piva investir na área e estar presente?”.

A assessoria do senador afirmou que ele está exigindo na Justiça a indenização pelos investimentos feitos na área, como a construção da madeira Serrago. Ainda de acordo com a assessoria, Piva foi estimulado a fazer tal investimento para atender a um apelo do governo federal.

Os proprietários dos títulos suspeitos vêm obtendo há três anos, na Justiça Federal, senten-

ças favoráveis em 27 ações movidas contra a Eletronorte, estatal vinculada ao Ministério das Minas e Energia responsável pela hidrelétrica de Balbina. A empresa já foi obrigada a pagar R\$ 4,6 milhões em títulos do setor elétrico para dois empresários.

Segundo dossiê elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a concessão desses títulos de propriedade representa “uma das maiores fraudes fundiárias já praticadas no país”. A afirmação é do do advogado e topógrafo Petrus Abi-Abib, responsável pelo levantamento de fraudes fundiárias a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

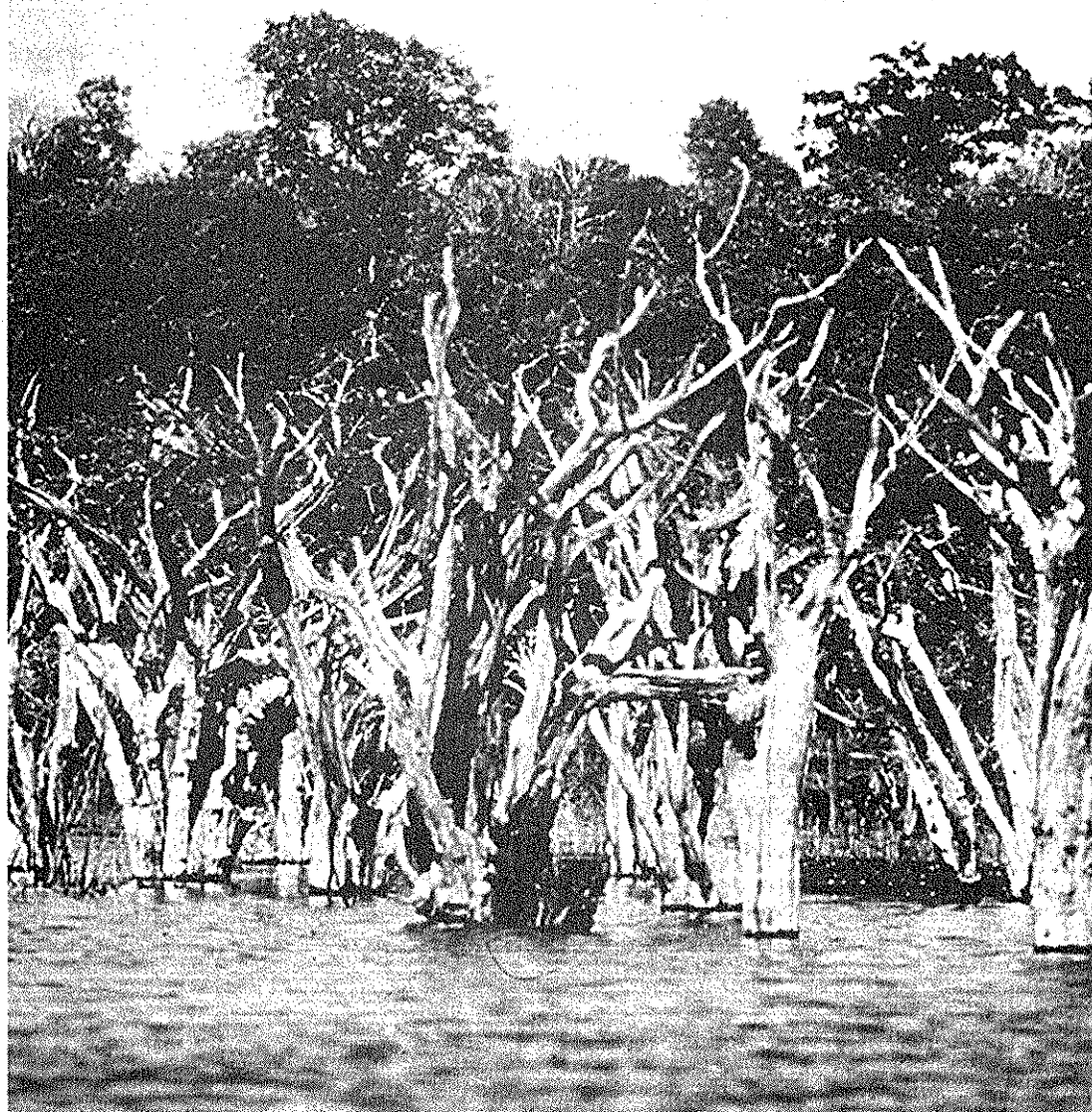
“A venda foi ilegal porque os lotes não foram demarcados antes da venda simbólica nem ocupados como exigia a legislação estadual”, diz Abi-Abib. Para ele, houve um negócio suspeito. “O governo estadual titulou todas as terras localizadas nas margens do Rio Uatumã porque sabia que em algum ponto seria construída a hidrelétrica”, acrescenta.

Além disso, o advogado afirma que houve uma demarcação simulada em gabinete para justificar a venda simbólica de 550 lotes de três mil hectares. Apenas 69 lotes foram atingidos pela inundação. Segundo a avaliação de Abi-Abib, cada lote custaria, hoje, menos de R\$ 1.000.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, prometeu criar uma comissão de procuradores para investigar o caso.

O procurador-geral do Amazonas, Jorge Pinho, explica que o governo estadual não tentou anular os títulos porque o estado poderia ficar responsável pelo pagamento das indenizações. “A Eletronorte sabia que os títulos não eram tão cristãos assim, mas decidiu pedir a desapropriação dos lotes”, afirmou.

Arquivo



Área dos reservatórios de Balbina: empresários reivindicam indenização por lotes alagados